

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO  
SUL AMÉRICA BRASIL PLURAL MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO  
PRIVADO  
("Fundo")  
CNPJ/ME nº 23.502.713/0001-59**

**REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2021**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 5 de novembro de 2021, às 11:00 horas, realizada de forma remota, considerando a situação da calamidade pública causada pela pandemia do COVID-19 e em atenção ao Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de São Paulo e ao Ofício- Circular nº 06/2020/CVM/SIN emitido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 26 de março de 2021.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em virtude da presença dos cotistas representando, nesta data, a totalidade das cotas de emissão do Fundo ("Cotista"), conforme assinatura aposta na Lista de Presença. Presente também o representante legal da Administradora.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Iniciados os trabalhos, foram eleitos como Presidente, o Sr. Everton Marcelo Marrão Alves e como Secretária, a Sra. Rumiko Gushiken.

**ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a: **(1)** adequação da denominação do Fundo; **(2)** alteração do público alvo do Fundo; **(3)** alteração da redação do artigo 4º que trata da aplicação dos recursos do Fundo em ativos financeiros de emissão do Administrador, da Gestora ou de empresas a eles ligadas; **(4)** exclusão da **SULAMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 01.704.513/0001-46, como **CO-GESTORA** do Fundo; **(5)** alteração da redação do parágrafo quinto do artigo 9º que trata da relação completa dos prestadores de serviços do Fundo; **(6)** alteração da redação do artigo 42º que trata da disponibilização das políticas pelo Administrador do Fundo; **(7)** excluir do Regulamento as menções ao Formulário de informações complementares visto que o Fundo não possui tal documento; e **(8)** a consolidação do regulamento do Fundo para refletir as deliberações acima, e a definição da data de entrada em vigor da nova versão do Regulamento.

**DELIBERAÇÕES:** Após os esclarecimentos necessários, foram aprovadas, por unanimidade e sem reservas, as seguintes deliberações:

**(1)** a adequação da denominação do Fundo que passará a vigorar como:

*"SUL AMÉRICA PLURAL MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO"*

**(2)** a alteração da redação do público alvo do Fundo classificado como FIFE do parágrafo primeiro do artigo 1º que passará a vigorar de acordo com a seguinte redação:

*"(...) Parágrafo Primeiro – O FUNDO, classificado como FIFE, é destinado exclusivamente a receber os recursos de fundos de investimento especialmente constituídos, que tenham como cotistas Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, investidores profissionais nos termos de regulamentação específica emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e será regido pelas normas da CVM aplicáveis a fundos de*

*investimentos e pela regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e demais normas vigentes para aplicação dos recursos e provisões técnicas das seguradoras. Referido investidor será denominado, abreviadamente, “COTISTA”.*

**(3)** a alteração da redação do artigo 4º que trata da aplicação dos recursos do Fundo em ativos financeiros de emissão do Administrador, da Gestora ou de empresas a eles ligadas, que passará a vigorar com a seguinte disposição:

*“Artigo 4º - O FUNDO não poderá aplicar diretamente seus recursos em ativos financeiros de emissão do ADMINISTRADOR, da GESTORA ou de empresas a eles ligadas.*

*Parágrafo Único - Considera-se empresa ligada aquela em que o ADMINISTRADOR, ou GESTORA seus controladores e administradores tenham direta ou indiretamente influência significativa na investida.”*

**(4)** exclusão da **SULAMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 01.704.513/0001-46, como **CO-GESTORA** do Fundo;

**(5)** a alteração da redação do parágrafo quinto do artigo 9º que trata da relação completa dos prestadores de serviços do Fundo e que passará a vigorar com a seguinte redação:

*“(…)Parágrafo Quinto – A relação completa dos prestadores de serviços do FUNDO está à disposição dos Cotistas na sede do ADMINISTRADOR e no Sistema de Gestão de Fundos de Investimentos – SGF da CVM.”*

**(6)** a alteração da redação do artigo 42º que trata da disponibilização das políticas pelo Administrador do Fundo e que passará a vigorar de acordo com a redação a seguir:

*“Artigo 42º - A política de exercício de direito de voto, política de administração de risco, montantes mínimos e máximos de aplicação, resgate e movimentação, informações atinentes à tributação aplicada ao FUNDO e aos seus cotistas encontram-se dispostos no site do ADMINISTRADOR.”*

**(7)** a exclusão do Regulamento as menções ao Formulário de informações complementares visto que o Fundo não possui tal documento;

**(8)** tendo em vista a aprovação da deliberação acima, restou aprovada a consolidação do Regulamento do Fundo, sendo certo que a nova versão do regulamento do Fundo passará a vigorar na forma do Anexo II à presente ata a partir do dia 11 de novembro de 2021.

Os Cotistas autorizam a Administradora a tomar todas as providências para a implementação das deliberações ora aprovadas. Tendo em vista o comparecimento da totalidade dos cotistas, a Administradora fica dispensada do envio do resumo das deliberações da presente assembleia.

As Partes reconhecem expressamente a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento formado em meio digital, e concordam em utilizar e reconhecem como manifestação válida de anuência a sua assinatura em formato eletrônico, através da ferramenta Docusign, contendo carimbo de tempo, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes

reconhecem, ainda, que a assinatura em formato eletrônico é a maneira mais adequada que encontraram para formalizar a presente contratação, considerando o atual estado de calamidade pública no Brasil, reconhecido por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e diante das medidas que visam à proteção da coletividade no enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e decretos e normas estaduais e municipais que se seguirem, instituindo a quarentena e outras medidas de isolamento social.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o (a) Presidente colocou a palavra à disposição dos presentes e, como ninguém manifestou interesse em fazer uso dela, suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, depois de lida e considerada conforme, foi assinada por todos os presentes em 01 (uma) via.

São Paulo, 5 de novembro de 2021. Maria Augusta Crespo Mosca Tomita – Presidente; Rumiko Gushiken – Secretária. Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. p.p. Maria Augusta Crespo Mosca Tomita e Rumiko Gushiken; e Cotistas.

Declaro para todos os fins que a presente é cópia autêntica da transcrita nos livros do **FUNDO**.

Rumiko Gushiken  
Secretária

ANEXO II À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SUL AMÉRICA BRASIL PLURAL MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2021

**SUL AMÉRICA PLURAL MASTER PREV  
FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO  
CNPJ/MF sob nº 23.502.713/0001-59**

**REGULAMENTO**

**Capítulo I - Do Fundo**

**Artigo 1º** - O **SUL AMÉRICA PLURAL MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO**, doravante designado **FUNDO**, com sede à Rua dos Pinheiros, 1.673, 12º andar, Ala Norte, Pinheiros, São Paulo, SP é uma comunhão de recursos, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, destinado à aplicação em ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiro e de capitais, observadas as disposições deste regulamento e da legislação em vigor.

**Parágrafo Primeiro** – O **FUNDO**, **clasificado como FIFE**, é destinado exclusivamente a receber os recursos de fundos de investimento especialmente constituídos, que tenham como cotistas Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, investidores profissionais nos termos de regulamentação específica emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e será regido pelas normas da CVM aplicáveis a fundos de investimentos e pela regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e demais normas vigentes para aplicação dos recursos e provisões técnicas das seguradoras. Referido investidor será denominado, abreviadamente, “**COTISTA**”.

**Parágrafo Segundo** – Conforme admitido na regulamentação aplicável, o **FUNDO** é dispensado da elaboração da Lâmina de Informações Essenciais, tendo em vista ser destinado exclusivamente a investidor profissional.

**Parágrafo Terceiro** – O **FUNDO** obedecerá às normas vigentes da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Monetário Nacional - CMN, Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em especial as Circulares da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) nº 563/2017 e 564/2017 e alterações posteriores, a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados n.º 321, de 15 de julho de 2015 e alterações posteriores (“Resolução CNSP n.º 321/15”), a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.444, de 13 de novembro de 2015 e alterações posteriores (“Resolução CMN n.º 4.444/15”).

**Capítulo II - Da Política de Investimento**

**Artigo 2º** - A Política de Investimento **FUNDO** consiste na aplicação de recursos em carteira diversificada de ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiros e de capitais, mediante a manutenção de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de seu patrimônio líquido em ativos financeiros relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, às taxas de juros e/ou a índices de preços, subordinando-se aos requisitos de composição e

diversificação estabelecidos neste regulamento e na regulamentação em vigor aplicável ao **FUNDO**, com o objetivo de superar, a médio/longo prazo, a variação do CDI.

**Parágrafo Primeiro** – Para atingir o objetivo acima estabelecido, o **FUNDO** aplicará seus recursos em:

- I. Até 100% (cem por cento) em títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil (Bacen);
- II. Até 25% (vinte e cinco por cento) em operações compromissadas lastreadas em ativos admitidos nos termos da regulamentação estabelecida pelo CMN;
- III. Até 75% (setenta e cinco por cento) em valores mobiliários ou outros ativos financeiros de renda fixa emitidos por companhia aberta cuja oferta pública tenha sido registrada na Comissão de Valores Mobiliários, ou que tenha sido objeto de dispensa;
- IV. Até 50% (cinquenta por cento) em ativos financeiros com obrigações ou coobrigações de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- V. Até 25% (vinte e cinco por cento) em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC");
- VI. Operações nos mercados de derivativos, observado o disposto no parágrafo abaixo.

**Parágrafo Segundo:** O **FUNDO** não poderá aplicar seus recursos em ações admitidas à negociação no mercado a vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado, bem como outros ativos financeiros de renda variável.

**Parágrafo Terceiro** - As operações do FIFE realizadas no mercado de derivativos deverão ser realizadas em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e observar as seguintes diretrizes, limites e condições de atuação:

- I. Deverá observar a avaliação prévia dos riscos envolvidos;
- II. Estará condicionada à existência de sistemas de controles adequados às suas operações;
- III. Não pode gerar, a qualquer tempo, a possibilidade de que o COTISTA seja obrigado a aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do **FUNDO**;
- IV. Não pode gerar, a qualquer tempo, exposição superior a 1 (uma) vez o respectivo patrimônio líquido;
- V. Não pode realizar operações de venda de opção a descoberto; e
- VI. Não pode ser realizada na modalidade "sem garantia" da contraparte central da operação.

**Parágrafo Quarto** - As posições dos FIE ou dos FIFES investidos, em mercados derivativos devem observar as seguintes condições:

- I - margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido do **FUNDO**; e

II - valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) do valor do patrimônio líquido do **FUNDO**.

**Parágrafo Quinto** – Para os fins deste regulamento, são entendidas como operações em mercados de derivativos aquelas realizadas nos mercados “a termo”, “futuro”, “swap” e “opções”.

**Parágrafo Sexto** – Este **FUNDO** utiliza estratégias que podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

**Parágrafo Sétimo** – O **FUNDO** PODE APLICAR MAIS 50% (CINQUENTA POR CENTO) EM ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO. PORTANTO, ESTÁ SUJEITO A RISCO DE PERDA SUBSTANCIAL DE SEU PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM CASO DE EVENTOS QUE ACARRETEM O NÃO PAGAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DE SUA CARTEIRA, INCLUSIVE POR FORÇA DE INTERVENÇÃO, LIQUIDAÇÃO, REGIME DE ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DOS EMISSORES RESPONSÁVEIS PELOS ATIVOS FINANCEIROS DO **FUNDO**.

**Parágrafo Oitavo** - O **FUNDO** poderá realizar operações de day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

**Artigo 3º** – Os ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO**, devem estar devidamente custodiados, registrados em contas de depósitos específicas abertas diretamente em nome do **FUNDO** em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen ou em instituições autorizadas à prestação de serviços de custódia pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que tenham convênio com a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para o caso dos contratos derivativos.

**Artigo 4º** - O **FUNDO** não poderá aplicar seus recursos em ativos financeiros de emissão do **ADMINISTRADOR**, da **GESTORA** ou de empresas a ele ligadas.

**Parágrafo Primeiro** - Considera-se empresa ligada aquela em que o **ADMINISTRADOR** ou a **GESTORA**, conforme o caso, seus controladores, administradores, membros de conselhos estatutários ou respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até segundo grau, participem em percentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, ou na qual ocupem cargo de administração, ressalvado o exercício, pelos administradores do **FUNDO**, de cargos obtidos em função do exercício dos direitos relativos aos ativos financeiros integrantes de carteiras por eles administradas na qualidade de administradores de carteiras de terceiros.

**Artigo 5º** - O **FUNDO** não poderá aplicar seu patrimônio líquido em cotas de Fundos de Investimento (“FI”) e de Fundos de Investimento em Cotas (“FIC”), regulados pela Instrução CVM N.º 555 e alterações posteriores, administrados e/ou geridos por quaisquer instituições, inclusive pelo **ADMINISTRADOR**, pela **GESTORA** ou por empresas a eles ligados.

**Parágrafo Primeiro** - O **FUNDO** poderá aplicar até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), administrados e/ou geridos pela **GESTORA** ou por empresa a ela ligada, respeitando o limite do artigo 2º deste Regulamento.

**Artigo 6º** - É vedado(a):

- I. ao **COTISTA** e às empresas a ele ligadas atuar como contraparte, mesmo que indiretamente, em operações da carteira do **FUNDO**;
- II. ao **ADMINISTRADOR**, a **GESTORA** e às empresas a ele ligadas atuar como contraparte, mesmo que indiretamente, em operações da carteira do **FUNDO**, salvo nas hipóteses de realização de operações compromissadas destinadas à aplicação, por 01 (um) dia, de recursos aplicados pelo **COTISTA** no **FUNDO** e que não puderem ser alocados em outros ativos financeiros no mesmo dia;
- III. ao **ADMINISTRADOR** e/ou a **GESTORA** contratarem operações por conta do **FUNDO** tendo como contraparte quaisquer outros fundos de investimento ou carteiras sob sua administração;
- IV. a cessão ou transferência de titularidade de cotas do **FUNDO**;
- V. a contratação de operações de captação.
- VI. aplicar em cotas de fundos de investimentos que não possuam procedimentos de avaliação e de mensuração de risco da carteira de investimentos

**Artigo 7º** – O **FUNDO** deverá respeitar os seguintes limites de concentração por emissor:

- I – Até 100% (cem por cento) se o emissor for a União;
- II – até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** quando o emissor for instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- III – até 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** quando o emissor for companhia aberta;
- IV – até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** quando o emissor for companhia securitizadora;
- V – até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** quando o emissor for fundo de investimento;
- VI – Até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** se o emissor não estiver incluído nos incisos acima.

**Parágrafo Primeiro** – Os limites referidos neste capítulo deverão ser cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do **FUNDO** com, no máximo, 1 (um) dia de defasagem.

**Parágrafo Segundo** - Estão vedados os investimentos em ativos financeiros de emissão de estados e municípios, federalizados ou não.

**Artigo 8º** - Não obstante a diligência da **GESTORA** em selecionar as melhores opções de investimento e manter sistemas de monitoramento de risco, a carteira do **FUNDO** está, por sua natureza, sujeita a flutuações típicas e atípicas nas taxas de juros outros riscos, que podem ocasionar a não obtenção dos resultados pretendidos ou, ainda, gerar depreciação dos ativos financeiros da carteira não atribuíveis à atuação da **GESTORA** e, conseqüentemente, acarretar perda parcial ou total do capital investido.

**Parágrafo Primeiro** – Dentre os riscos inerentes às aplicações realizadas pelo **FUNDO** mencionados no *caput* deste artigo, incluem-se, de forma não taxativa, os seguintes:

(i) Riscos de Mercado: Caracterizam-se, primordialmente, mas não se limitam, pelo fato de os preços dos ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO** não serem fixos, estando sujeitos às oscilações decorrentes dos diversos fatores de mercado, tais como, exemplificativamente, alterações nos cenários político e econômico, no Brasil ou no exterior, ou ainda, decorrentes da situação individual de um determinado emissor ou devedor;

(ii) Riscos de Crédito: Caracterizam-se, primordialmente, mas não se limitam, pela possibilidade de inadimplência dos emissores, devedores e/ou coobrigados dos ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO**, ou das contrapartes em operações realizadas com o **FUNDO**. Alterações na avaliação do risco de crédito dos referidos emissores, devedores e/ou coobrigados podem acarretar oscilações no preço de negociação dos referidos ativos financeiros e modalidades operacionais;

(iii) Riscos de Liquidez: Caracterizam-se, primordialmente, mas não se limitam, pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **GESTORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos financeiros e modalidades operacionais pelo preço e no tempo desejados, que podem, inclusive, obrigar a **GESTORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Em virtude das alterações nas condições de liquidez, o valor dos ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO** podem eventualmente serem afetados, independentemente de serem alienados ou não;

(iv) Riscos decorrentes da Utilização de Derivativos: Quando a utilização de derivativos dá-se com a finalidade de proteger posições detidas no mercado à vista e/ou de buscar atingir o nível desejado de exposição da carteira ao benchmark, os riscos consistem na possibilidade de distorção do preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar a não obtenção, total ou parcial, do resultado pretendido;

(v) Risco de Concentração: **O FUNDO PODERÁ ESTAR EXPOSTO A SIGNIFICATIVA CONCENTRAÇÃO EM ATIVOS FINANCEIROS DE POUCOS EMISSORES COM OS RISCOS DAÍ DECORRENTES**. A eventual concentração de investimentos em determinado(s) emissor(es) ou devedor(es) pode aumentar a exposição da carteira do **FUNDO** aos demais riscos mencionados neste artigo;

(vi) Risco Operacional: Caracterizam-se pela possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos.

Dentro os eventos de risco operacional, incluem-se, sem limitação: (a) falhas em sistemas de tecnologia da informação; (b) fraudes; (c) práticas inadequadas; (d) aqueles que acarretem a interrupção das atividades do **FUNDO** e/ou dos seus prestadores de serviços.

(vii) Outros Riscos Específicos: A eventual interferência de órgãos reguladores nos mercados pode impactar os preços dos ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO**.

**Parágrafo Segundo – O PRINCIPAL FATOR DE RISCO DO FUNDO É A VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS DOMÉSTICAS E/OU DE INDICES DE PREÇOS, SENDO CERTO, AINDA, QUE O FUNDO PODERÁ SOFRER PERDAS DECORRENTES DE OUTROS FATORES.**

**Parágrafo Terceiro** - As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia do **ADMINISTRADOR**, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

**Parágrafo Quarto** - Os serviços de administração são prestados ao **FUNDO** em regime de melhores esforços, e como obrigação de meio, pelo que o **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** não garantem qualquer nível de resultado ou desempenho dos investimentos dos cotistas no **FUNDO**. Como prestadores de serviços de administração ao **FUNDO**, o **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA** não serão, sob qualquer forma, responsáveis por qualquer erro de julgamento ou por qualquer perda sofrida pelo **FUNDO**, com exceção das hipóteses de comprovada culpa, dolo ou má-fé da **GESTORA** ou do **ADMINISTRADOR**.

**Parágrafo Quinto** - O **ADMINISTRADOR** e a **GESTORA**, bem como cada prestador de serviço contratado respondem perante a CVM, na esfera de suas respectivas competências, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao regulamento do **FUNDO** e às disposições regulamentares aplicáveis.

### **Capítulo III – Dos Prestadores de Serviços do FUNDO**

**Artigo 9º** - O **FUNDO** é administrado pela **SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede à Rua dos Pinheiros, 1.673, 12º andar, Sala II, Ala Norte, Pinheiros, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 32.206.435/0001-83, doravante designada **ADMINISTRADOR**, credenciada como administradora de Carteira de Valores Mobiliários na CVM sob Ato nº 4.172 de 17/01/1997, a qual também prestará os serviços de distribuição de cotas do **FUNDO**.

**Parágrafo Primeiro** - Cabe ao **ADMINISTRADOR** prestar os serviços de representação legal do **FUNDO**, em Juízo e fora dele, e em especial, perante a Comissão de Valores Mobiliários.

**Parágrafo Segundo** - A carteira do **FUNDO** será gerida pela **PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o número 11.397.672/0002-80, com sede na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 228, salas 901, 902 (parte), 903, 904, 905, 906, 911, 912, 913, 914, Cep: 22.250-040, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório número 10.817, expedido em 15 de janeiro de 2010, doravante designada como **GESTORA**, com poderes para negociar, em nome do **FUNDO**, os ativos financeiros e exercer o direito de voto decorrente dos ativos financeiros detidos pelo **FUNDO**.

**Parágrafo Terceiro** – Os serviços de tesouraria, de controle e processamento dos ativos financeiros, de escrituração da emissão e resgate de cotas e de custódia de ativos financeiros do **FUNDO** serão prestados ao **FUNDO** pelo **BANCO BRADESCO S.A.**, credenciado pela CVM por meio do Ato Declaratório n.º 1432 de 27 de junho de 1990, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Via Yara, em Osasco, SP, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12.

**Parágrafo Quarto** – Os serviços de auditoria serão prestados ao **FUNDO** por auditores independentes regularmente registrados e autorizados pela CVM, os quais serão contratados pelo **ADMINISTRADOR**, em nome e às expensas do **FUNDO**.

**Parágrafo Quinto** – A relação completa dos prestadores de serviços do **FUNDO** está à disposição dos Cotistas no Formulário de Informações Complementares.

**Artigo 10º** - O **ADMINISTRADOR**, na qualidade de representante do **FUNDO** e observadas as limitações legais e as previstas neste regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários ao funcionamento e manutenção do **FUNDO**, sendo responsável pela constituição do **FUNDO** e pela prestação de informações à CVM, na forma da legislação vigente e quando solicitada

**Artigo 11º** - Incluem-se entre as obrigações do **ADMINISTRADOR**, além das demais previstas neste regulamento e na legislação em vigor:

I – diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:

- a) o registro do **COTISTA**;
- b) o livro de atas das assembleias gerais;
- c) o livro ou lista de presença do **COTISTA**;
- d) os pareceres do auditor independente;
- e) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do **FUNDO**; e
- f) a documentação relativa às operações do **FUNDO**, pelo prazo de cinco anos.

II – no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;

III – pagar a multa cominatória, nos termos da legislação vigente, por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação em vigor;

IV – exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do **FUNDO**;

V – elaborar e divulgar as informações previstas nos capítulos X e XI deste regulamento;

VI – manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo **FUNDO**;

VII – empregar, na defesa dos direitos do **COTISTA**, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis;

VIII – exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o **FUNDO**;

IX – custear as despesas com propaganda do **FUNDO**;

X – transferir ao **FUNDO** qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de **ADMINISTRADOR**;

XI – manter serviço de atendimento ao **COTISTA**, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, conforme definido neste regulamento;

XII – observar as disposições constantes deste regulamento;

XIII – cumprir as deliberações da assembleia geral;

XIV – fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo **FUNDO**;

XV – prestar ao **COTISTA** todas as informações necessárias ao pleno e perfeito atendimento às disposições regulamentares a que o **COTISTA** está sujeito, nos termos da regulamentação em vigor.

**Artigo 12º** - É vedado ao **ADMINISTRADOR** praticar os seguintes atos em nome do **FUNDO**:

I – receber depósito em conta corrente;

II – contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade autorizada pela CVM;

III – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

IV – vender cotas à prestação, sem prejuízo da integralização a prazo de cotas subscritas;

V – prometer rendimento predeterminado ao **COTISTA**;

VI – realizar operações com ativos financeiros admitidos à negociação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM fora desses mercados, ressalvadas as hipóteses de distribuições públicas, de exercício de direito de preferência e de conversão de debêntures em ações, exercício de bônus de subscrição e nos casos em que a CVM tenha concedido prévia e expressa autorização;

VII – utilizar recursos do **FUNDO** para pagamento de seguro contra perdas financeiras do **COTISTA**; e

VIII – praticar qualquer ato de liberalidade.

#### **Capítulo IV - Da Remuneração dos Prestadores de Serviços do FUNDO e demais despesas do FUNDO**

**Artigo 13º** - O **ADMINISTRADOR** não receberá qualquer remuneração pela prestação do serviço de administração do **FUNDO**.

**Parágrafo Único** – O **ADMINISTRADOR** e os prestadores de serviços mencionados no parágrafo segundo acima serão remunerados diretamente pelo **FUNDO**.

**Artigo 14º** – Não serão cobradas taxas de performance, custódia, de ingresso ou de saída no **FUNDO**.

**Artigo 15º** - A remuneração estabelecida no artigo 13 acima não poderá ser aumentada sem prévia aprovação da assembleia geral, podendo, contudo, ser reduzida unilateralmente pelo **ADMINISTRADOR**, devendo tal fato ser comunicado, de imediato à CVM e ao **COTISTA**.

**Artigo 16º** - O patrimônio líquido do **FUNDO** corresponde à soma algébrica do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

## Capítulo V - Dos Encargos do FUNDO

**Artigo 17º** - Constituem encargos do **FUNDO**, exclusivamente, as despesas abaixo relacionadas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstos neste regulamento;
- c) despesas com correspondência de interesse do **FUNDO**, comunicações aos **COTISTAS**, incluindo mas não se limitando aos custos de envio de correspondências para àqueles que optarem pelo recebimento em meio físico;
- d) honorários e despesas do auditor independente;
- e) emolumentos e comissões pagas por operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao **FUNDO**, se for o caso;
- g) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- h) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do **FUNDO** pela **GESTORA** ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o **FUNDO** detenha participação;
- i) despesas com liquidação, registro e custódia de operações com ativos financeiros e modalidades operacionais;
- j) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários; e
- k) a taxa de remuneração prevista no artigo 13.

**Parágrafo Único** - Quaisquer despesas não previstas como encargos do **FUNDO** correm por conta do **ADMINISTRADOR**, devendo ser por ele contratadas.

## Capítulo VI - Da Emissão e Distribuição das Cotas

**Artigo 18º** - As cotas do **FUNDO** correspondem a frações ideais de seu patrimônio, serão escriturais e nominativas.

**Parágrafo Primeiro** - A qualidade de **COTISTA** caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de **COTISTA**.

**Parágrafo Segundo** – Por ocasião do ingresso no **FUNDO**, o **COTISTA** deverá assinar termo de adesão, aderindo ao presente regulamento, e declarando ter tomado conhecimento do grau de risco do **FUNDO** e da política de investimento estabelecida no capítulo II acima.

**Parágrafo Terceiro** – As cotas do **FUNDO** são, na forma da lei, ativos financeiros garantidores das provisões, reservas e fundos do(s) respectivo(s) plano(s), e estão permanentemente

vinculadas ao órgão executivo do Sistema Nacional de Seguros Privados, não podendo ser gravadas sob qualquer forma ou oferecidas como garantia para quaisquer outros fins.

**Artigo 19º** - As cotas terão seu valor calculado diariamente pelo **ADMINISTRADOR**, com base no valor dos ativos financeiros e modalidades operacionais componentes da carteira do **FUNDO** no encerramento do dia.

**Artigo 20º** - Na emissão das cotas do **FUNDO** será utilizado o valor da cota, calculado conforme artigo 19 acima, em vigor no dia da efetiva disponibilidade, ao **ADMINISTRADOR**, dos recursos investidos.

**Parágrafo Único** - A integralização do valor das cotas do **FUNDO** será realizada em moeda corrente nacional, por meio de documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou qualquer outro instrumento de transferência no âmbito do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP).

**Artigo 21º** – O **ADMINISTRADOR** poderá receber instruções de aplicações do **COTISTA** através de telefone, fac-símile ou por quaisquer outros meios que venham a ser disponibilizados pelo **ADMINISTRADOR**. As aplicações efetuadas através de fac-símile devem ser necessariamente confirmadas por telefone.

**Artigo 22º** - É facultado ao **ADMINISTRADOR** suspender, a qualquer momento, novas aplicações no **FUNDO**, desde que observados os requisitos estabelecidos na regulamentação em vigor.

**Parágrafo Primeiro** - A suspensão do recebimento de novas aplicações em um dia não impede a reabertura posterior do **FUNDO** para aplicações.

**Parágrafo Segundo** – Além do disposto no *caput* deste artigo, o **FUNDO** permanecerá fechado para aplicações também nos casos em que houver suspensão de resgates, na forma prevista neste regulamento e na regulamentação em vigor.

## Capítulo VII - Do Resgate e Conversão de Cotas

**Artigo 23º** - Os resgates das cotas do **FUNDO** não estarão sujeitos à carência, podendo ser efetuados pelo **COTISTA** a qualquer tempo.

**Parágrafo Primeiro** - O pagamento do resgate será efetivado, sem cobrança de qualquer taxa e/ou despesa não previstos, no dia subsequente ao recebimento do pedido de resgate na sede do **ADMINISTRADOR**, através de crédito em conta corrente ou ordem de pagamento, documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou qualquer outro instrumento de transferência no âmbito do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP).

**Parágrafo Segundo** – A conversão das cotas será efetuada pelo valor da cota em vigor no dia do recebimento do pedido de resgate na sede do **ADMINISTRADOR**, calculado nos termos do artigo 19 acima.

**Parágrafo Terceiro** – Quando a data estipulada para determinação do valor da cota ou pagamento dos resgates coincidir com dia não útil, será considerado o primeiro dia útil subsequente.

**Parágrafo Quarto** - O **ADMINISTRADOR** poderá receber solicitação de resgates do **COTISTA** através de telefone, fac-símile ou por quaisquer outros meios que venham a ser disponibilizados pelo **ADMINISTRADOR**. Os resgates efetuados através de fac-símile devem ser necessariamente confirmados por telefone.

**Artigo 24º** - O **ADMINISTRADOR** poderá, em casos excepcionais de iliquidez dos ativos financeiros componentes da carteira do **FUNDO**, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente ou que possam implicar na alteração do tratamento tributário do **FUNDO** ou do **COTISTA**, declarar o fechamento do **FUNDO** para a realização de resgates, observados os requisitos estabelecidos na regulamentação em vigor.

### Capítulo VIII – Da Distribuição dos Resultados do FUNDO

**Artigo 25º** - Os rendimentos da carteira do **FUNDO** referentes a dividendos ou juros sobre capital próprio ou outros rendimentos advindos de ativos financeiros que integrem a sua carteira não serão distribuídos, mas incorporados à cota do **FUNDO**, na data do evento.

### Capítulo IX - Da Assembleia Geral

**Artigo 26º** - Compete privativamente à assembleia geral deliberar sobre:

- a) as demonstrações contábeis apresentadas pelo **ADMINISTRADOR**;
- b) a substituição do **ADMINISTRADOR**, ou do custodiante do **FUNDO**;
- c) a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do **FUNDO**;
- d) o aumento da taxa de remuneração;
- e) a alteração da política de investimento do **FUNDO**;
- f) a amortização de cotas; e
- g) a alteração deste regulamento.

**Parágrafo Único** - O regulamento pode ser alterado, independentemente da assembleia geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM, de adequação a normas legais ou regulamentares ou ainda em virtude da atualização dos dados cadastrais do **ADMINISTRADOR**, **GESTORA**, do custodiante ou demais prestadores de serviços do **FUNDO**, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, devendo o **ADMINISTRADOR** encaminhar correspondência ao **COTISTA** informando sobre as referidas alterações, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data em que tiverem sido implementadas.

**Artigo 27º** - A convocação da assembleia geral será feita por correspondência eletrônica encaminhada ao **COTISTA**, podendo ser feita via correio, disponibilizada, ainda, nas páginas do **ADMINISTRADOR** na rede mundial de computadores.

**Parágrafo Primeiro** - A convocação de assembleia geral enumerará, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da assembleia.

**Parágrafo Segundo** - A convocação da assembleia geral será feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de sua realização.

**Parágrafo Terceiro** - Da convocação constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembleia geral.

**Parágrafo Quarto** - O aviso de convocação indicará o local onde o **COTISTA** poderá examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da assembleia.

**Parágrafo Quinto** – O comparecimento do **COTISTA** supre a falta de convocação.

**Artigo 28º** – Anualmente a assembleia geral deliberará sobre as demonstrações contábeis do **FUNDO**, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social.

**Parágrafo Primeiro** - A assembleia geral a que se refere o *caput* somente será realizada no mínimo 30 (trinta) dias após estarem disponíveis ao **COTISTA** as demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado. Nesse prazo as demonstrações contábeis também estarão à disposição de quaisquer interessados na sede do **ADMINISTRADOR**.

**Parágrafo Segundo** - A assembleia geral a que comparecer o **COTISTA** poderá dispensar a observância do prazo estabelecido no parágrafo anterior.

**Artigo 29º** - Além da assembleia prevista no artigo anterior, o **ADMINISTRADOR**, o custodiante ou o **COTISTA** poderão convocar a qualquer tempo assembleia geral para deliberar sobre ordem do dia de interesse do **FUNDO** ou do **COTISTA**.

**Parágrafo Único** - A convocação por iniciativa do custodiante ou do **COTISTA** será dirigida ao **ADMINISTRADOR**, que deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, realizar a convocação da assembleia geral às expensas dos requerentes, salvo se a assembleia geral assim convocada deliberar em contrário.

**Artigo 30º** – A assembleia geral se instalará com a presença do **COTISTA**, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

**Parágrafo Primeiro** - O **COTISTA** também poderá votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo **ADMINISTRADOR** antes do início da assembleia, observado o disposto neste regulamento.

**Artigo 31º** – Todas as deliberações da assembleia poderão ser tomadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de comparecimento do **COTISTA**.

**Parágrafo Único** – A consulta formal será realizada através de correspondência ao cotista, que deverá ser por ele respondida por escrito no prazo estabelecido em referida correspondência que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias a contar da data do recebimento do envio da correspondência ou do correio eletrônico.

**Artigo 32º** - Não podem votar nas assembleias gerais do **FUNDO**:

I – seu **ADMINISTRADOR** e/ou a **GESTORA**;

- II – os sócios, diretores e funcionários do **ADMINISTRADOR e/ou da GESTORA**;
- III – empresas ligadas ao **ADMINISTRADOR e/ou a GESTORA**, seus sócios, diretores, funcionários; e
- IV – os prestadores de serviços do **FUNDO**, seus sócios, diretores e funcionários.

**Artigo 33º** - O resumo das decisões da assembleia geral será enviado ao **COTISTA** no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de realização da assembleia, podendo ser utilizado para tanto o extrato de conta que for enviado mensalmente.

**Parágrafo Único** - Caso a assembleia geral seja realizada nos últimos 10 (dez) dias do mês, a comunicação de que trata o *caput* poderá ser efetuada no extrato de conta relativo ao mês seguinte ao da realização da assembleia.

### **Capítulo X - Das Demonstrações Contábeis e dos Relatórios de Auditoria**

**Artigo 34º** - O **FUNDO** terá escrituração contábil própria, devendo as contas e demonstrações contábeis do mesmo serem segregadas das do **ADMINISTRADOR**.

**Parágrafo Primeiro** – O **FUNDO** terá exercício social de duração de um ano com início em 1º de abril e encerrando-se em 31 de março do ano subsequente o, quando serão levantadas as demonstrações contábeis do **FUNDO** relativas ao período findo.

**Parágrafo Segundo** – A elaboração das demonstrações contábeis observará as normas específicas baixadas pela CVM.

**Parágrafo Terceiro** - As demonstrações contábeis do **FUNDO** serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício dessa atividade.

### **Capítulo XI - Da Divulgação de Informações**

**Artigo 35º** - O **ADMINISTRADOR** do **FUNDO** está obrigado a:

- I – divulgar, diariamente, os valores da cota, do patrimônio líquido do **FUNDO** e da taxa de administração praticada, bem como as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem conforme legislação vigente;
- II – remeter mensalmente ao **COTISTA** extrato de conta contendo:
  - a) nome do **FUNDO** e o número de seu registro no CNPJ;
  - b) nome, endereço e número de registro do **ADMINISTRADOR** no CNPJ;
  - c) nome do **COTISTA**;
  - d) saldo e valor das cotas no início e no final do período e a movimentação ocorrida ao longo do mesmo;
  - e) rentabilidade do **FUNDO** auferida entre o último dia útil do mês anterior e o última dia útil do mês de referência do extrato;
  - f) data de emissão do extrato da conta; e
  - g) o telefone, o correio eletrônico, o fac-símile e o endereço para correspondência do serviço de atendimento ao **COTISTA**.

III – disponibilizar, na sede do **ADMINISTRADOR** e remetendo-as por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, as informações do **FUNDO**, inclusive as relativas à composição da carteira na forma da legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** – Caso o **COTISTA** não deseje receber o extrato mencionado no inciso II acima, deverá declarar na sua ficha cadastral.

**Parágrafo Segundo** – Caso o **ADMINISTRADOR** divulgue informações referentes à composição da carteira do **FUNDO** a terceiros que não sejam prestadores de serviços para cujas atividades se faça necessária a referida divulgação, ou órgãos reguladores, autorreguladores e entidades de classe, quanto aos seus associados, para atendimento a solicitações legais, regulamentares e estatutárias por eles formuladas, em periodicidade inferior àquela estabelecida no inciso III do *caput* deste artigo, as informações serão colocadas à disposição do **COTISTA** na mesma periodicidade.

**Parágrafo Terceiro** - O demonstrativo de composição e diversificação da carteira referido no inciso III do *caput* deste artigo deverá refletir, no mínimo, a quantidade, espécie e valor dos ativos financeiros e demais modalidades operacionais que a integram, o valor e sua percentagem sobre o total da carteira.

**Parágrafo Quarto** – Terceiros interessados na composição da carteira do **FUNDO** poderão consultar relatório sintético da composição de carteira do **FUNDO** que será disponibilizado mensalmente até o 10º (décimo) dia útil na sede do **ADMINISTRADOR**. As informações também poderão ser consultadas na página da CVM na Internet ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). Na hipótese de o **FUNDO** possuir posições ou operações em curso que possam ser prejudicadas pela divulgação, o demonstrativo de composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas nos termos da regulamentação em vigor.

**Artigo 36º** - O **ADMINISTRADOR** é obrigado a divulgar imediatamente, através de correspondência ao **COTISTA**, qualquer ato ou fato relevante, de modo a garantir ao **COTISTA** o acesso a informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar suas decisões quanto à permanência no **FUNDO**.

**Artigo 37º** - O **ADMINISTRADOR** colocará as demonstrações contábeis do **FUNDO** a disposição de qualquer interessado que as solicitar, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período a que se referirem.

## Capítulo XII – Da Forma de Comunicação aos Cotistas

**Artigo 38º** – As informações ou documentos para quais este regulamento ou a regulamentação em vigor exija a “comunicação”, “acesso”, “envio”, “divulgação” ou “disponibilização” podem, a exclusivo critério do **ADMINISTRADOR**: (i) ser encaminhadas por meio físico aos cotistas; (ii) ser comunicados, enviados, divulgados ou disponibilizados aos cotistas, ou por eles acessados, por meio de canais eletrônicos ou por outros meios expressamente previstos na regulamentação em vigor, incluindo a rede mundial de computadores.

**Parágrafo Primeiro** – As comunicações exigidas neste regulamento e na regulamentação em vigor são consideradas efetuadas na data de sua disponibilização.

**Parágrafo Segundo** – Admite-se, nas hipóteses em que este regulamento ou regulamentação em vigor exija a “ciência”, “atesto”, “manifestação de voto” ou “concordância” dos cotistas, que estes deem por meio eletrônico, observados os procedimentos do **ADMINISTRADOR**.

**Parágrafo Terceiro** - Caso o **COTISTA** não tenha comunicado ao **ADMINISTRADOR** do **FUNDO** a atualização de seu endereço, seja para envio de correspondência por carta ou através de meio eletrônico, o **ADMINISTRADOR** ficará exonerado do dever de prestar-lhe as informações previstas neste regulamento e na regulamentação vigente, a partir da última correspondência que houver sido devolvida por incorreção no endereço declarado.

**Parágrafo Quarto** – Caso o **COTISTA** não deseje receber quaisquer informações relativas ao **FUNDO**, deverá informar tal fato expressamente ao **ADMINISTRADOR**, por meio de documento próprio a ser disponibilizado pelo **ADMINISTRADOR**.

### Capítulo XIII – Disposições Gerais

**Artigo 39º** – O **ADMINISTRADOR** manterá em funcionamento serviço de atendimento ao **COTISTA** através do telefone 0800-0178700, nos dias úteis, das 9:00 às 17:00 horas, do [site www.sulamericainvestimentos.com.br](http://www.sulamericainvestimentos.com.br) e do endereço eletrônico [investimentos@sulamerica.com.br](mailto:investimentos@sulamerica.com.br).

**Parágrafo Único** – O **COTISTA** poderá obter informações sobre os horários de aplicação e resgate de cotas por meio dos veículos de comunicação referidos no *caput* deste artigo.

**Artigo 40º** – Para os fins deste regulamento, não serão considerados como dias úteis sábados, domingos e feriados de âmbito nacional.

**Parágrafo Único** - Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça da sede do **ADMINISTRADOR** em nada afetarão os resgates solicitados nas demais praças em que houver expediente bancário normal.

**Artigo 41º** – O A cota do **FUNDO** não pode ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia, sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre partilha de bens; e transferência de administração ou portabilidade de plano de previdência.

**Artigo 42º** – A política de exercício de direito de voto, política de administração de risco, montantes mínimos e máximos de aplicação, resgate e movimentação, informações atinentes à tributação aplicada ao **FUNDO** e aos seus cotistas encontram-se dispostos no Formulário de Informações Complementares do **FUNDO**.

**Artigo 43º** - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas deste regulamento.